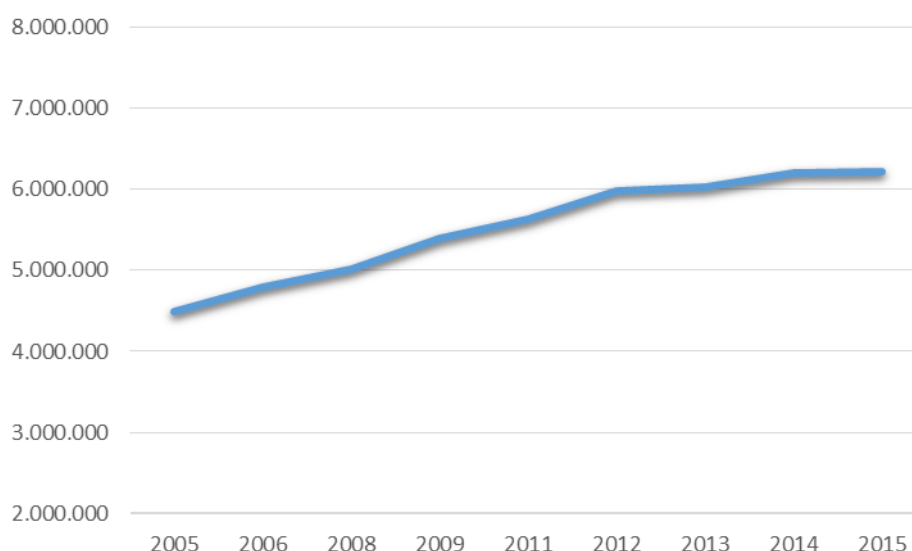


Evolução do quadro de pessoal e gasto com a folha de pagamento

Nos últimos anos, o quadro de pessoal ativo apresentou crescimento moderado, como explicitado pelo gráfico 1, de forma a ressaltar a contratação prudente dos Municípios. Além disso, grande parte das admissões realizadas foram decorrentes do aumento das atribuições municipais com educação, saúde e assistência social.

Gráfico 1: Evolução do quadro de funcionários ativos municipais.



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), IBGE. Elaboração própria.

A evolução do gasto com a folha de pagamento de pessoal, porém, foi significativa e passou a abarcar grande parte do orçamento do Município. Uma explicação é o nível salarial dos funcionários, pois foram instituídos pisos salariais, muitas vezes atrelados ao salário mínimo. O piso do magistério, por exemplo, aumentou substancialmente o gasto com pessoal, uma vez que consiste em uma das maiores despesas do Município.

Como evidenciado na tabela 1, em 2015 as despesas com pessoal (ativos e inativos) dos Municípios aumentaram, em média, 13,42% em relação ao ano anterior e cresceram 5,43% de 2015 para 2016.

Tabela 1: Evolução das despesas com pessoal nos Municípios brasileiros.

UF	2014	2015	2016	2015/2014	2016/2015
AC	600.899.881	681.295.627	749.422.064	13,38%	10,00%
AL	2.421.179.992	3.804.584.823	3.074.673.598	57,14%	-19,19%
AM	3.523.170.573	3.532.708.586	3.459.742.322	0,27%	-2,07%
AP	514.682.122	539.913.882	475.657.868	4,90%	-11,90%
BA	13.344.620.016	15.082.613.360	14.985.525.018	13,02%	-0,64%
CE	8.650.431.622	9.557.173.168	10.235.973.347	10,48%	7,10%
ES	4.462.528.684	5.081.280.234	5.294.728.078	13,87%	4,20%
GO	7.391.576.938	8.321.641.079	8.512.731.618	12,58%	2,30%
MA	5.788.227.189	6.114.334.015	6.386.561.361	5,63%	4,45%
MG	22.174.295.417	24.765.991.285	26.384.097.782	11,69%	6,53%
MS	3.480.836.377	4.348.050.490	4.905.865.743	24,91%	12,83%
MT	3.581.133.715	4.080.705.532	4.633.767.824	13,95%	13,55%
PA	6.870.056.833	6.623.428.799	5.664.569.772	-3,59%	-14,48%
PB	4.197.753.944	4.700.075.482	4.692.347.024	11,97%	-0,16%
PE	8.937.893.532	10.278.974.590	11.032.827.319	15,00%	7,33%
PI	3.350.476.314	3.684.818.002	3.549.402.428	9,98%	-3,67%
PR	12.424.915.107	14.561.557.713	16.430.228.604	17,20%	12,83%
RJ	22.358.473.976	26.728.248.713	27.287.586.589	19,54%	2,09%
RN	3.443.437.145	3.818.583.333	3.724.381.557	10,89%	-2,47%
RO	1.660.012.275	1.956.026.675	2.171.248.349	17,83%	11,00%
RR	489.200.416	561.641.346	565.804.429	14,81%	0,74%
RS	14.109.268.707	16.420.451.189	18.519.636.549	16,38%	12,78%
SC	8.212.681.990	9.851.628.340	10.150.309.161	19,96%	3,03%
SE	2.611.635.922	2.769.491.823	2.976.369.248	6,04%	7,47%
SP	58.704.469.570	65.341.416.334	70.977.928.836	11,31%	8,63%
TO	1.481.291.317	1.751.143.205	1.948.401.158	18,22%	11,26%
Total	224.785.149.573	254.957.777.624	268.789.787.646	13,42%	5,43%

Fonte: FINBRA. Elaboração própria.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu o limite máximo da despesa com pessoal dos Municípios em 60% da receita corrente líquida (RCL), do qual 54% é reservado ao Poder Executivo e 6% ao Legislativo. Por sua vez, o limite prudencial corresponde a 95% do limite máximo, ou seja, equivale a 51,3% da receita corrente líquida.

Para analisar o enquadramento dos Municípios brasileiros nos limites de gasto com pessoal foram utilizados dados do Finanças do Brasil (FINBRA) de 2016, que abarca dados do Poder Executivo de 4.965 Municípios. Diante disso, foram criadas cinco faixas com diferentes percentuais para qualificar a situação dos Municípios, destacadas na tabela 2.

Tabela 2: Classificação do gasto com pessoal em relação à RCL

Menor que 41%	De 41% a 45,9%	De 46% a 51%	De 51% a 54%	Acima de 54%
Boa	Ajustada	Limítrofe	Emergencial	Acima do limite

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser visto na próxima tabela, 28,5% dos Municípios estão na situação limítrofe e 26,1% dos Municípios encontram-se acima do limite máximo. Esse cenário é consequência do aumento do quadro de pessoal imposto aos Municípios com a municipalização das políticas públicas e dos pisos salariais.

Tabela 3 – Municípios enquadrados nas classificações de limite do gasto com pessoal.

UF	Boa	Ajustada	Limítrofe	Emergencial	Acima do limite	Total
AC	0	5	5	4	5	19
AL	3	4	7	3	37	54
AM	2	7	11	5	26	51
AP	1	0	0	0	1	2
BA	51	54	90	47	104	346
CE	13	11	60	40	48	172
ES	2	6	29	12	20	69
GO	36	49	58	23	53	219
MA	12	22	37	29	69	169
MG	91	287	299	84	64	825
MS	5	9	31	14	15	74
MT	27	35	38	10	12	122
PA	11	6	16	12	22	67
PB	3	20	33	29	98	183
PE	2	7	14	18	137	178
PI	8	16	28	30	86	168
PR	88	125	119	25	26	383
RJ	3	4	12	11	42	72
RN	6	12	26	20	68	132
RO	0	2	10	17	23	52
RR	1	2	1	2	5	11
RS	82	131	137	44	98	492
SC	18	70	103	57	37	285
SE	1	2	9	14	49	75
SP	42	155	206	75	140	618
TO	21	40	37	17	12	127
Total	529	1081	1416	642	1297	4965
Part BR	10,7%	21,8%	28,5%	12,9%	26,1%	100,0%

Fonte: FINBRA. Elaboração própria.

Como pode-se observar na tabela 4, dos Municípios da amostra que encontram-se acima do limite máximo de gasto com pessoal, 47,2% estão no nordeste do país e 28,3% estão no norte, evidenciando o agravamento da crise nas finanças municipais em tais regiões.

Tabela 4 – Enquadramento dos Municípios por Região.

UF	Boa	Ajustada	Limítrofe	Emergencial	Acima do limite
Centro Oeste	16,4%	22,4%	30,6%	11,1%	19,5%
Nordeste	6,7%	10,0%	20,6%	15,6%	47,2%
Norte	10,9%	18,8%	24,3%	17,6%	28,3%
Sudeste	8,6%	28,6%	34,5%	11,5%	16,8%
Sul	16,3%	28,1%	30,9%	10,9%	13,8%
Total	10,7%	21,8%	28,5%	12,9%	26,1%

Fonte: FINBRA. Elaboração própria.